

# A POBREZA EM ALAGOAS: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO E DOS SEUS DETERMINANTES NO PERÍODO 1981-2005<sup>1</sup>

## AN ANALYSIS OF THE EVOLUTION AND DETERMINANTS OF POVERTY IN ALAGOAS: 1981-2005

*César A. O. Tejada\**

*Paulo de Andrade Jacinto\*\**

*Luciane de Araújo Bezerra\*\*\**

*Joycilene Amorim de Oliveira\*\*\*\**

### RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar os principais determinantes da pobreza no estado de Alagoas no período de 1981-2005. Inicialmente, é descrita a evolução temporal da pobreza no período; a seguir, é examinada a relação entre a pobreza e seus principais determinantes socioeconômicos utilizando dados em nível estadual. Os dados revelam que entre 1981 e 2005 Alagoas passou da sétima para primeira posição no *ranking* da pobreza da Região Nordeste. Se por um lado, no período constataram-se melhoras em alguns indicadores sociais, tais como redução da taxa de analfabetismo, elevação no nível de escolaridade e aumento no nível de emprego e uma pequena melhora na proporção de pobres, por outro, observou-se a queda da renda *per capita* e manutenção de uma elevada desigualdade. O impacto positivo, observado pela melhora dos indicadores sociais sobre a pobreza, pode ter sido anulado pela queda da renda *per capita* nos últimos anos. Portanto, uma estratégia para a redução da pobreza requer também o crescimento da renda *per capita* e uma distribuição mais igualitária da mesma, isto é, uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade social.

*Palavras-chave:* Pobreza; Determinantes Socioeconômicos; Alagoas.

<sup>1</sup> Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

\* Professor da FEAC e do curso de mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: cesartejada@uol.com.br.

\*\* Professor da FEAC e do curso de mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: pajjap@hotmail.com.

\*\*\* Graduada em Economia na UFAL. E-mail: lucyannee@hotmail.com.

\*\*\*\* Graduada em Economia na UFAL. E-mail: joycijj@hotmail.com.

## ABSTRACT

The article has the objective to analyze the main poverty determinants in the State of Alagoas in the period of 1981-2005. So, initially it is described the secular poverty evolution. Then the relation between the poverty and its main socioeconomic determinants in the state level is examined by using data. The data shows that between 1981 and 2005 Alagoas passed of from the seventh to the first position in the poverty ranking in the northeast region, if in one hand, in the period noticed improvement in some social pointers like an illiteracy tax reduction, schooling level evolution and job level increase and a small improvement in the poor ration. On the other hand it was observed the per capita income fall and the maintenance of a high social inequality. The positive impact observed by the improvement of the social pointers on the poverty could have been annulled in the recent years for the fall of the per capita income. Therefore, a strategy for the poverty reduction also requires the growth of the per capita income and an equality distribution of the income, that is, a combination of politics that stimulate the economic growth and decrease the social inequality.

*Keywords:* Poverty; Socioeconomics Determinants; Alagoas.

## 1. INTRODUÇÃO

**E**m 1981, cerca de 1.297.122 pessoas do estado de Alagoas eram consideradas pobres. Em termos da proporção da população em situação de pobreza (aquelas que possuem renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo), 65% da população de Alagoas se encontrava nessa situação. Dos nove estados que fazem parte da Região Nordeste, Alagoas ocupava a sétima posição. Em 2005, 1.809.313 pessoas, representando 60% da população alagoana, podiam ser consideradas pobres. Mesmo com a queda na proporção de pobres, a situação daquele estado ainda era considerada grave. Alagoas passou a ocupar a primeira posição no *ranking* da pobreza no Nordeste.

Conclusão semelhante também era observada ao considerar outros indicadores socioeconômicos: renda, saúde, educação etc. Embora ao longo desse período muitos dos indicadores sociais de Alagoas apresentaram uma melhora, eles não acompanharam a velocidade dos outros estados da região. Por isso, ao considerar a pobreza como a característica mais visível do subdesenvolvimento econômico de uma região, pode-se dizer que Alagoas encontra-se no grupo dos estados subdesenvolvidos.

Ao longo de várias décadas, tem havido esforços dos governos federal e estadual, bem como da sociedade civil, para reduzir a pobreza em Alagoas, porém, continua sendo o maior e mais difícil problema a ser resolvido. A existência de índices elevados de pobreza, normalmente, está associada à baixa produtividade e, conseqüentemente, à baixa renda *per capita*. No Brasil, como mostra Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001), há uma incidência de pobreza maior do que a maioria dos países que têm renda per capita semelhante, o que, sem dúvida, mostra que o nível de desigualdade de renda é elevado no País, uma vez que taxas de crescimento econômico semelhante ou renda *per capita* idêntica não garantem indicadores de pobreza iguais se o nível de desigualdade de renda for diferente.

Nesse sentido, o presente trabalho visa entender melhor a pobreza no estado de Alagoas fazendo uma análise da evolução da mesma nesse estado. Para tanto, além dessa breve introdução, o trabalho está estruturado em quatro seções: na Seção 2 são apresentados aspectos teóricos da pobreza; na Seção 3 é examinada a evolução de algumas medidas de pobreza em Alagoas, no período 1981 a 2005. Na Seção 4 é examinada a relação entre a pobreza e algumas variáveis socioeconômicas. Por fim, na Seção 5, são apresentadas as principais conclusões.

## 2. ASPECTOS TEÓRICOS DA POBREZA<sup>2</sup>

A literatura econômica apresenta uma série de conceitos e indicadores de pobreza dada as distintas concepções do tema. A seguir, apresentaremos os principais aspectos teóricos utilizados na análise da pobreza.

### 2.1 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

A pobreza é um fenômeno complexo e que, segundo Rocha (2003), pode ser definido de maneira genérica como sendo a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para uma melhor compreensão desse fenômeno, é preciso especificar as necessidades e ver que nível de atendimento é considerado adequado, o que, sem dúvida, depende do estágio de desenvolvimento e do contexto socioeconômico da região analisada.

O conceito de linha de pobreza está no centro de todas as discussões. Trata-se de um ponto de corte que permite distinguir, em uma dada população e seguindo o critério de ótica da renda, pobres de não-pobres. A linha citada anteriormente pode ser definida como um nível crítico de renda, consumo ou geralmente, acesso a bens e serviços abaixo do qual os indivíduos são considerados pobres. Assim, a mesma representa um nível mínimo de participação econômica “aceitável” em uma dada sociedade em um ponto no tempo (RAY, 1999). Para Hoffmann (2002), a linha de pobreza está representada pelo nível de renda que permite a pessoa ter uma **vida digna**.

Uma definição mais operacional de linha de pobreza é definir o custo monetário de um nível referente de bem-estar para uma pessoa, em certo lugar e certo período. Por exemplo, existem linhas de pobreza em termos do atendimento das exigências nutricionais. Nesse caso, são coletados dados sobre: i) a ingestão mínima de nutrientes (calorias, proteínas e demais nutrientes) que compõem uma dieta adequada; ii) os preços dos gêneros alimentícios que contêm tais nutrientes; e iii) os custos de moradia e vestimentas. Depois são somadas, a esses dados, as despesas de consumo necessárias para obter uma estimativa da linha de pobreza para uma sociedade particular.

De qualquer forma, ao optar pelo uso de linhas de pobreza em um estudo, deve levar em conta que não há uma única linha de pobreza, e sim muitas, e que, às vezes, o uso de valores diferentes pode ser uma alternativa para contornar o “caráter arbitrário”

---

<sup>2</sup> Esta seção está baseada em Ray (1998), Rocha (2001, 2003b, 2003c).

rio” associado a sua escolha. É claro que existe algo absoluto na noção de pobreza. Independentemente da sociedade em que vivemos, as pessoas necessitam de níveis adequados de alimentação, vestimentas e moradia.

Enquanto podem existir variações no que poderia ser considerado “adequado” (a moradia, em particular, pode estar sujeita a diversas interpretações, dependendo da sociedade em análise), ninguém negaria o imperativo biológico da nutrição, por exemplo, ou as quase universais normas de vestimentas adequadas. A pobreza absoluta está relacionada com as **condições mínimas de sobrevivência**, e, dessa forma, é definível em termos quase idênticos em qualquer lugar do mundo.

Ao mesmo tempo, não fica claro que a frase “níveis aceitáveis de participação na sociedade” possa ter um significado absoluto, independentemente dos contornos da sociedade em consideração. Assim, a **pobreza relativa** está ligada à exclusão social, ou seja, refere-se à confrontação do nível de vida do indivíduo com o da sociedade em que vive. Por conseguinte, a pobreza relativa é diferente de lugar para lugar.

As pessoas que se encontram em estado de pobreza, independentemente de como esse estado é medido, frequentemente experimentam flutuações significativas na sua renda, bem como em seu consumo. A **pobreza temporária** ocorre quando, por causa de choques econômicos negativos (tais como poucas chuvas ou baixos preços para o produtor), os indivíduos temporariamente entram numa amostra de pobreza. Sendo assim, é uma pobreza passageira. Por sua vez, a **pobreza crônica** está interconectada com a insuficiência de alimentos para a manutenção do organismo e para o desempenho das atividades diárias do indivíduo. A distinção é importante porque as políticas requeridas para combater a pobreza, tanto a temporária como a crônica podem ser muito diferentes.

## 2.2 INDICADORES DE POBREZA

Com as qualificações precedentes em mente, é possível obter os indicadores de pobreza limitados à renda. Para tanto, define-se a linha de pobreza como o nível crítico de despesa, que é considerado como minimamente necessário para a participação “adequada” na vida econômica, e as pessoas que se encontrarem abaixo desse nível crítico serão consideradas pobres.

Primeiro, denote-se:

$y = \text{renda (ou despesa)}$ .

$i, j, \dots$ , refere-se a **indivíduos**.

$p$  = **linha de pobreza**

$m$  = **renda média da economia**

Assuma-se que os indivíduos estão ordenados conforme valores crescentes da renda, isto é:

$$y_1 \leq y_2 \leq y_3 \leq \dots \leq y_n$$

Então, definamos as medidas de pobreza mais utilizadas.

### 1ª) Número de pobres ( $H$ )

São considerados pobres os indivíduos com renda menor que a linha de pobreza ( $p$ ). Ou seja, simplesmente contamos o número de pessoas abaixo da linha de pobreza.

$$H = \text{número de indivíduos } i \text{ tais que } y_i \leq p \quad (1)$$

Ou seja, como há  $H$  indivíduos pobres, tem-se:

$$y_H \leq p \text{ e } y_{H+1} > p$$

### 2ª) Proporção de pobres ( $P0$ )

Calcula-se a proporção de pobres na população. Ou seja, o interesse é sobre os **números per capita** ou a **incidência relativa** dos pobres. Formalmente:

$$P0 = \frac{H}{n} \quad (2)$$

Onde  $n$  = **população total do País ou região em consideração**.

Note que  $0 \leq P0 \leq 1$ . Fica claro que  $P0$  é um indicador da incidência ou extensão da pobreza na população. Ele também pode ser expresso em termos percentuais.

Esses dois indicadores ( $H$  e  $P0$ ) são bastante usados porque são fáceis de calcular e não colocam problemas aos dados disponíveis. Entretanto, eles apresentam alguns problemas. Primeiro, eles falham em capturar o *grau* em que a renda (ou despesa) individual cai abaixo da linha de pobreza, isto é, são totalmente insensíveis a variações na intensidade da pobreza, uma vez que o valor de  $H$  ou  $P0$  não será afetado se a renda dos pobres for reduzida. A pobreza não é um conceito “zero-um”. Pessoas muito abaixo da linha de pobreza são “mais pobres” do que as pessoas muito perto dela, o  $H$  e  $P0$

são insensíveis a esta observação. Segundo, eles tendem a superestimar a extensão da pobreza nos países menos desenvolvidos, já que só levam em conta a renda monetária, desconsiderando a renda não-monetária, que é difícil de ser avaliada. Terceiro, o uso do  $H$  ou  $P0$  pode levar a decisões problemáticas de política visto que eles visam à política em favor dos indivíduos que estão muito perto da linha de pobreza. Estatisticamente, essas pessoas são mais facilmente levadas para o nível acima da linha de pobreza.

Uma forma de compensar, parcialmente, esse viés é captar a intensidade da pobreza, usando uma medida da insuficiência de renda, por exemplo: o **IR**.

### 3ª) Proporção de Insuficiência de Renda ou Hiato Médio de Renda (**IR** OU **P1**)

Este índice captura diretamente a gravidade da pobreza, porque a mede em relação à renda total necessária para eliminá-la. Ou seja, trata-se do montante que falta para que a renda de um indivíduo considerado pobre alcance a linha de pobreza. Formalmente:

$$IR = P1 = \frac{1}{pH} \sum_{i=1}^H (p - y_i) \quad (3)$$

Note que: i) a insuficiência de renda =  $(p - y_i)$  (com  $i \leq H$ ) mostra em quanto deveria crescer a renda de um pobre para atingir a linha de pobreza; ii) a insuficiência de renda para o conjunto de pobres ( $S$ ), medida por:

$$S = \sum_{i=1}^H (p - y_i) \quad (4)$$

Assim, **IR** é a proporção entre a insuficiência e o montante de renda que deveria ser recebido pelos  $H$  indivíduos pobres para que aquela insuficiência seja eliminada. Pode se mostrar que  $0 \leq IR \leq 1$ , com  $IR = 1$ , apenas na situação extrema em que todos os pobres têm renda igual a  $\theta$ . Uma vantagem do **IR** é que ele não é suscetível à mesma classe de distorções de política que  $H$  ou  $P0$ . Por outro lado, uma desvantagem é que ele somente captura a “intensidade *per capita*” da pobreza. Já  $H$  ou  $P0$ , com todas suas falhas, não sofrem esse problema.

Os três índices apresentados ignoram a importante questão da **miséria relativa** entre os pobres. Vale ressaltar que, a miséria relativa é apenas outra frase para a **desigualdade entre os pobres**.

## 4ª) Índice de Sen

Levando em consideração a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres, Sen (1976) propôs a seguinte medida de pobreza:

$$P = HR[IR + (1 - IR) G^*] \quad (5)$$

Onde  $G^*$  = **índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda entre os pobres.**

A medida de Sen dá igual peso para a transferência de renda em diferentes posições do *ranking*, isto é, o impacto de uma transferência pequena do indivíduo ( $i$ ) para o indivíduo ( $i + j$ ) é o mesmo para todos os valores de ( $i$ ). Quando todos os pobres têm a mesma renda,  $G^* = 0$ , então  $P = HR[IR]$  Uma limitação é que este índice apresenta uma base informacional apenas apoiada na renda.

## 5ª) Índice de Foster-Greer-Thorbecke

Com dados melhores, essa medida mais exigente pode ser facilmente aplicada. Nesse caso, há uma conexão entre os pesos das insuficiências de renda e o grau de desigualdade entre as pessoas:

$$\varphi(\alpha) = \frac{1}{pH^\alpha} \sum_{i=1}^H (p - y_i)^\alpha \quad \text{com } \alpha \geq 0 \quad (6)$$

Assim, conforme aumenta  $\alpha$ , atribui-se um maior peso aos indivíduos mais pobres, o que reflete uma mudança de juízo de valor. Pode-se mostrar que:

$$0 \leq \varphi(\alpha) \leq 1$$

Note que quando  $\alpha = 0$ , então  $\varphi(\alpha) = P0$ , e que quando  $\alpha = 1$ , então  $\varphi(\alpha) = P1$ . Quando  $\alpha = 2$ , então  $\varphi(\alpha) = P2$ , onde  $P2$  é chamado de **insuficiência quadrática da renda média.**

$$\varphi = \frac{1}{pH^2} \sum_{i=1}^H (p - y_i)^2$$



Nesse caso, quando  $\varphi = 0$ , todas as pessoas têm renda maior do que  $p$ , quando  $\varphi=1$  quando todas as rendas são iguais a  $\theta$ .

No presente trabalho, utilizam-se apenas os dois primeiros índices de pobreza, ou seja, o número e a proporção de pobres.

### 2.3 DETERMINANTES DA POBREZA

Na literatura, usualmente, são analisados os determinantes micro e macroeconômicos da pobreza, estabelecendo os efeitos que têm as variáveis sociais, demográficas e os agregados macroeconômicos sobre a pobreza. Neste trabalho, utilizam-se como determinantes algumas variáveis macroeconômicas e sociais selecionadas. A seguir, será apresentada a relação de cada uma delas com a pobreza.

Existe uma forte associação entre o **crescimento econômico** e a redução da pobreza. Uma vez que usou um conceito monetário de pobreza, é importante ver primeiro a estrutura de renda de uma família típica. Em termos simples, pode-se dividir a renda de uma família típica em duas fontes: primeira a renda do trabalho, que liga o crescimento econômico às rendas familiares; segunda a renda em decorrência das transferências governamentais, o canal da política social.

No primeiro caso, o crescimento econômico é o resultado do processo produtivo em que as empresas demandam insumos, e o insumo mais importante é a mão-de-obra. Assim, quando há crescimento econômico, aumenta a necessidade de mão-de-obra por parte das empresas, o que se reflete em aumento do número de empregos e/ou dos salários. Quando aumenta o nível de emprego e/ou os salários, há uma elevação das rendas das famílias. Essas elevadas rendas podem sustentar maiores despesas familiares em alimentação, vestimenta, saúde ou moradia. Ou seja, podem tirar as famílias da pobreza.

No caso do **emprego**, esse canal é mais potente quando o crescimento é liderado por setores intensivos em mão-de-obra. Contudo, o crescimento econômico traduz-se em reduções significativas da pobreza, dependendo de outros fatores. Um dos principais é a **desigualdade da renda**. Várias pesquisas mostram que a pobreza é mais sensível ao crescimento econômico quando a distribuição da renda e dos ativos é mais igualitária. Assim, uma sociedade mais igualitária crescerá de forma rápida, reduzindo, assim, a pobreza aceleradamente.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Ver Kakwani et al. (2006, p. 2).

Estudos sobre o crescimento econômico mostram que existe uma relação positiva entre a riqueza e a acumulação de capital humano em uma região. Maior capital humano, na forma de educação e de saúde, leva a uma crescente produtividade da economia e, portanto, a um elevado nível de riqueza. No caso da **educação**, existe um conceito fundamental chamado de *retorno à educação*, isto é, um aumento nos salários que um trabalhador recebe quando o mesmo tem mais um ano de escolaridade. Parte substancial da literatura mostra que cada ano adicional de escolaridade aumenta os salários ganhos por uma pessoa em algo em torno de 10%.<sup>4</sup> Obviamente, esses aumentos de renda das pessoas podem levar à saída da situação de pobreza.

### 3. A EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS NO PERÍODO 1981-2005

Nesta seção é apresentada a evolução da pobreza restrita à renda no estado de Alagoas no período 1981-2005. As medidas de pobreza a serem utilizadas são: i) número de pessoas abaixo da linha de pobreza; ii) proporção de pobres; e iii) proporção de indigentes, sendo os dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para comparação, são mostrados os dados de Alagoas e dos demais estados do Nordeste.

O Brasil é amplamente conhecido como sendo um país com graves problemas de desigualdades regionais, sendo o Nordeste a mais pobre de todas as regiões. Sua renda *per capita* no ano de 2005 correspondia a 50,93% da renda *per capita* nacional e do total de pobres brasileiros, 48,70% estavam no Nordeste.

De acordo com Rocha (2003, p. 89), o Nordeste sempre manteve uma posição de desvantagem relativa no que diz respeito a indicadores de pobreza. Não somente o número de pobres na população total foi sempre mais elevado no Nordeste, em relação ao restante do País, como os pobres nordestinos foram mais pobres.

Na Tabela 1 são apresentados o número de pobres e a proporção de pobres (*P0*) para todos os estados nordestinos, bem como para a Região Nordeste e também para o Brasil. A proporção de pobres refere-se ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalentes a meio do salário mínimo vigente no mês de agosto do ano de 2000.

<sup>4</sup> Ver Jones (2000, p.45).

**TABELA 1**

A proporção de pobres e número total de pobres para os estados do Nordeste e o *ranking* da pobreza – 1981 e 2005

UF	1981			2005		
	Número de Pobres	Proporção de Pobres (P0)	Ranking	Número de Pobres	Proporção de Pobres (P0)	Ranking
AL	1.297.122	0,65	7º	1.809.313	0,60	1º
MA	2.928.110	0,77	2º	3.631.898	0,60	2º
PI	1.811.089	0,83	1º	1.699.183	0,57	3º
PE	3.923.895	0,63	8º	4.570.768	0,55	4º
CE	3.854.155	0,73	4º	4.118.957	0,52	5º
BA	5.823.372	0,61	9º	6.991.092	0,51	6º
PB	2.149.698	0,73	3º	1.808.546	0,51	7º
RN	1.240.786	0,66	6º	1.424.775	0,48	8º
SE	855.118	0,66	5º	912.014	0,47	9º
NE	23.883.345	0,68	-	26.966.546	0,54	-
BR	47.916.882	0,41	-	55.376.831	0,31	-

Fonte: IPEADATA.

Elaboração própria.

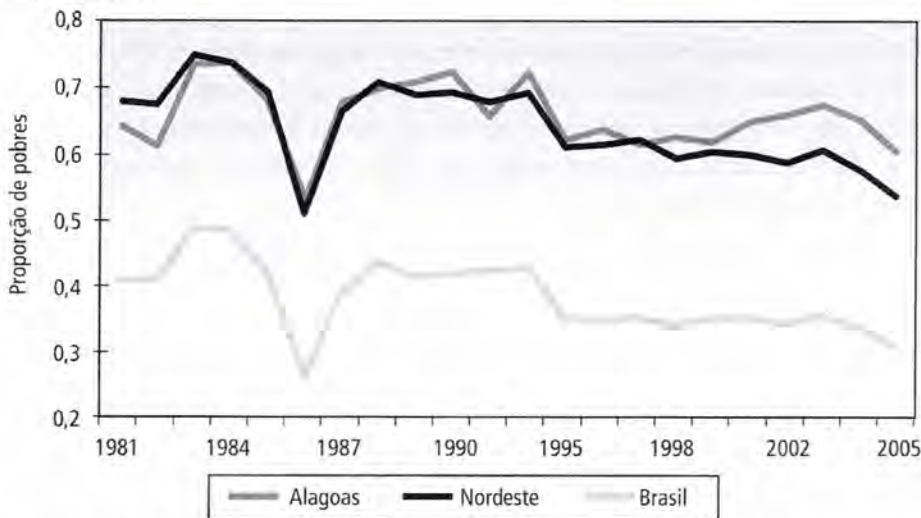
Com base em uma análise de *ranking*, percebe-se que no ano de 1981 o estado da Bahia, o mais populoso da região, possuía, naturalmente, a maior concentração de pobres da região no período, seguido pelos estados do Pernambuco, Ceará e Maranhão. Alagoas era o sétimo entre os estados da Região Nordeste em número de pobres. Em 2005, passou a ser o quinto, em número de pobres, ou seja, ocorreu um aumento no número de pobres, que passou de 1.297.122 em 1981 para 1.809.313 em 2005. Apenas nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Sergipe houve redução no número de pobres.

Nota-se, também, que quase todos os estados houve uma significativa queda na proporção de pobres, exceto em Alagoas, que apresentou uma queda de apenas 5%. Assim, este estado que se encontrava na sétima posição no ano de 1981, segundo o critério de proporção de pobres, passou a ocupar o primeiro lugar na Região Nordeste no ano de 2005.

No Gráfico 1 é apresentada a evolução temporal da proporção de pobres para Alagoas, Nordeste e Brasil, durante o período de 1981 a 2005. Em 1981, aproximadamente 64,56% da população alagoana tinham uma renda inferior à linha de pobreza e, em 2005, esse percentual diminuiu para 60,45%. Isto significa que a proporção de pobres obteve uma redução de 16,11% no período. Contudo, é necessário analisar mais de perto a evolução da pobreza no período.

**GRÁFICO 1**

Evolução do percentual de pessoas pobres para Alagoas, Nordeste e Brasil – 1981 a 2005



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

Observa-se claramente no Gráfico 1 que ao longo de todo o período de análise a proporção de pobreza da Região Nordeste e do estado de Alagoas esteve sempre acima da proporção do Brasil. Em 1981, a diferença entre a proporção de pobres em Alagoas e no Brasil foi de 24%, por sua vez, no ano de 2005, essa diferença aumentou para 29%, ou seja, o estado de Alagoas praticamente tinha o dobro da proporção de pobreza do Brasil como um todo. A proporção de pobres naquele estado, que era inicialmente menor do que a média do Nordeste, a partir de 1989, salvo com poucas exceções, encontrava-se acima da média regional. Enquanto a proporção média de pobres na região mostra uma ligeira tendência à queda a partir de 1989, Alagoas apresentou uma clara tendência crescente a partir de 1999. Apenas em 2003 observa-se uma tendência de queda na proporção de pobres, seja para o Brasil, região Nordeste ou estado de Alagoas.

Ao longo de todo o período, é possível observar fases de crescimento, estagnação e queda da pobreza. Em 1983, ano em que ocorreu queda do produto real nacional, o ajuste recessivo teve efeitos evidentes sobre a proporção de pobres e indigentes, atingindo o nível mais elevado da década, isto é, 73,20% como percentual de pessoas pobres para Alagoas, 74,68% para o Nordeste e 48,79% para o Brasil.

Em 1984, a proporção de pobres declinou em função da retomada do nível de atividade e caiu mais fortemente em 1986, com o Plano Cruzado, seja para o Brasil, Nordeste ou Alagoas. Medidas, como, por exemplo, o congelamento de preços e o aumento de 8% real no salário dos trabalhadores, permitiram que nesse ano fosse alcançado o menor nível na proporção de pobres e indigentes durante todo período em análise. No entanto, os ganhos em termos de redução de pobreza foram rapidamente revertidos em 1987, período em que o número de pobres sofreu uma elevação acentuada. De 1987 até o ano 1993, o percentual de pobre, embora com algumas oscilações, manteve-se em patamares elevados.

Com implantação do Plano Real, em 1994, uma segunda grande queda na proporção de pobres pôde ser percebida. No entanto, após essa redução para um patamar mais baixo, entre 1996 e 2002 a pobreza se manteve praticamente constante no Brasil, diminuindo sensivelmente no Nordeste, porém aumentando no estado de Alagoas.

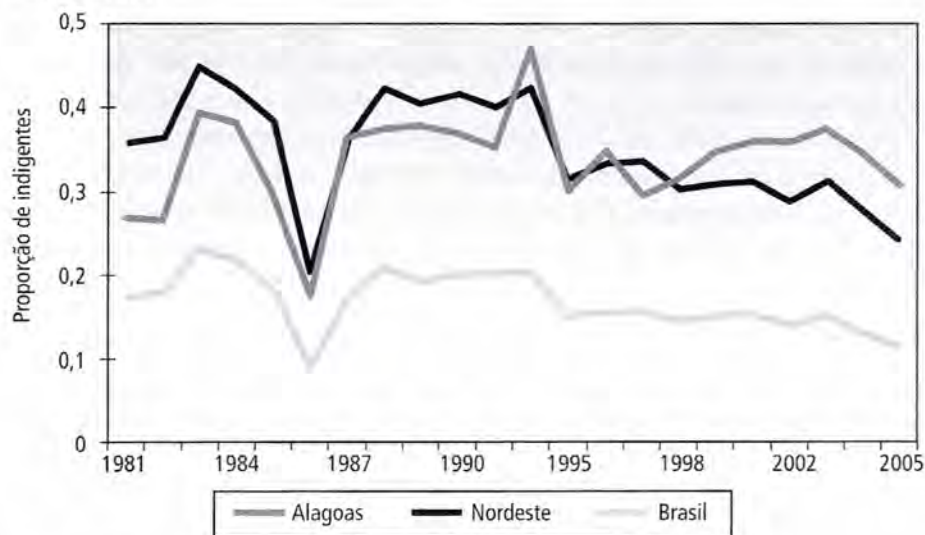
A terceira queda expressiva no percentual de pessoas pobres pôde ser verificada a partir de 2003 nas três unidades de análise. No caso de Alagoas, em 2003, 67,55% da população alagoana foram consideradas pobres. Em 2005, esse percentual declinou para 60,45%, uma redução de 10,50% ao longo desses dois anos. Tal queda, muito significativa, está associada, em grande medida, à redução da desigualdade da renda que vem acontecendo desde o ano 2001, como será visto na próxima seção.

No Gráfico 2 é apresentada a evolução da proporção de pessoas indigentes. Seguindo a metodologia do IPEA, adotou-se como critério para definir indigentes o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, o equivalente a 1/4 do salário mínimo vigente no mês de agosto do ano de 2000. Assim sendo, entende-se por indigente aquele cuja renda é insuficiente para adquirir a cesta alimentar que permite atender às suas necessidades nutricionais. Note-se que a trajetória é muito parecida a do percentual de pessoas pobres. O percentual de pessoas indigentes atingiu seu menor nível no período analisado em 1986 com a implantação do Plano Cruzado, respectivamente de 17,54%, 20,45%, 8,83% para Alagoas, Nordeste e Brasil.

Entre os anos 1981 e 2005, a proporção de pessoas indigentes diminuiu não apenas no Nordeste como também no Brasil e essa redução foi de 32,42% e 33,94%, respectivamente. Contudo, em Alagoas essa proporção sofreu um aumento de 14,30%. Em 2005, 30,86% da população alagoana encontrava-se abaixo da linha de indigência, esse percentual foi de 24,26% para o Nordeste e 11,41% para o Brasil.

**GRÁFICO 2**

Evolução do percentual de pessoas indigentes para Alagoas, Nordeste e Brasil – 1981 a 2005



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

Comparando os anos de 2003 e 2005 para Alagoas, verifica-se que a população submetida à condição de indigência diminuiu de maneira relevante. O percentual de indigentes reduziu em 18,26%, passou de 37,35% em 2003 para 30,86% em 2005. Como foi visto anteriormente, a pobreza seguiu um caminho bastante semelhante, todavia, apresentou uma redução menor em relação àquela sofrida pelo índice de indigência. Para o mesmo período, constatou-se uma redução final de 10,50%, passando de 67,55% em 2003 para 60,45% em 2005.

#### 4. DETERMINANTES DA POBREZA

Embora exista uma forte associação entre o crescimento econômico e a redução da pobreza, para que o crescimento econômico se traduza em quedas significativas da pobreza, ele depende de uma série de outras variáveis, tais como: inflação, desemprego, programas sociais, salário mínimo, desigualdade da renda, educação, etc. Por esse motivo, nesta seção, além de relacionar a pobreza com a renda da população, utilizam-se outras variáveis socioeconômicas.

As variáveis utilizadas são: renda *per capita* da população total, Índice de Gini, taxa de analfabetismo total para população de 15 anos e mais, os anos de estudo para

população com 25 anos e mais e a taxa de emprego. Em geral, espera-se que melhoras nessas variáveis socioeconômicas levem a uma redução da pobreza.

A Tabela 2 apresenta as respectivas correlações entre a pobreza e essas variáveis socioeconômicas. Em todos os casos, as correlações são do tipo esperado pela teoria. No caso da taxa de analfabetismo houve uma correlação positiva com o índice de pobreza. À medida que a taxa de analfabetismo diminui, espera-se que o percentual de pobres também diminua. No caso das outras variáveis, existem correlações negativas, ou seja, aumentos na renda *per capita* da população total, na renda *per capita* dos pobres, na média de anos de estudo e na taxa de emprego são acompanhados por reduções no percentual de pobres.

**TABELA 2**

Correlação entre a pobreza e algumas variáveis socioeconômicas – Alagoas

	P0	Gini	Renda <i>per capita</i>	Renda <i>per capita</i> dos Pobres	Taxa de analfabetismo	Anos de estudo	Taxa de emprego
P0	1						
GINI	-0,02	1					
Renda <i>per capita</i>	-0,76	0,59	1				
Renda <i>per capita</i> dos pobres	-0,57	-0,51	0,30	1			
Taxa de analfabetismo	0,19	-0,68	-0,39	0,55	1		
Anos de estudo	-0,27	0,72	0,52	-0,48	-0,97	1	
Taxa de emprego	-0,25	0,85	0,60	-0,51	-0,92	0,97	1

Fonte: IPEADATA.  
 Elaboração própria.

A seguir, examinaremos mais profundamente as relações entre essas variáveis, comparando as trajetórias da pobreza com cada uma dessas variáveis.

#### 4.1 POBREZA E RENDA *PER CAPITA*

O conceito de renda domiciliar *per capita* refere-se à razão entre o somatório da renda *per capita* de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A seguir, será analisada a relação entre a proporção de pessoas pobres e renda média *per capita*, para o estado de Alagoas no período de 1981 a 2005. O coeficiente de correlação entre pobreza e a renda *per capita* calculado é de -0,76, a maior de todas as correlações já calculadas. Isto implica que à medida que a renda aumenta o percentual de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza diminui.

O Gráfico 3 confronta a evolução histórica da renda média *per capita* com a proporção de pessoas pobres no período analisado. É possível observar que em determinadas fases em que houve um aumento na renda média ocorreu, concomitantemente, uma redução na pobreza.

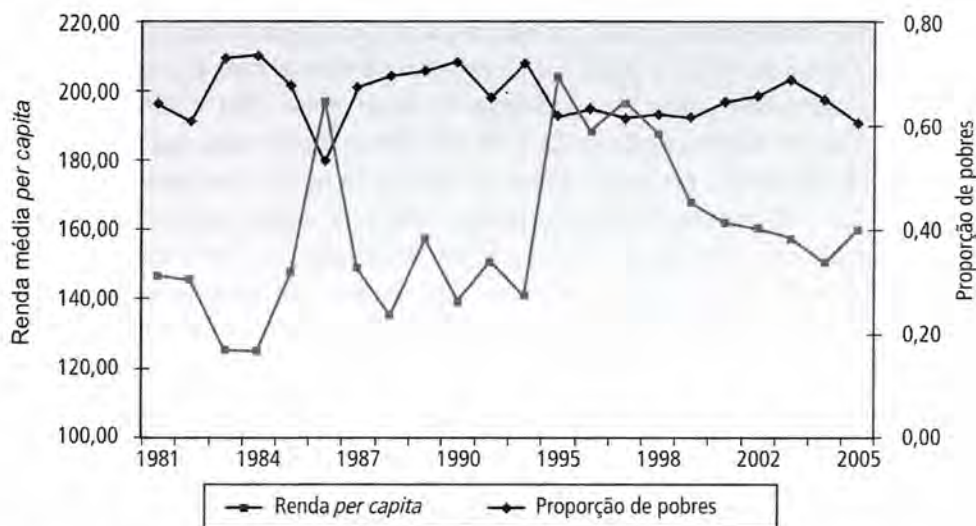
Como mencionado anteriormente, em 1986 foi implementado o Plano Cruzado, um programa de estabilização econômica que permitiu maiores ganhos de renda na base de distribuição de rendimentos, a exemplo do abono salarial e do reajuste do salário mínimo acima das perdas inflacionárias. Naquele mesmo ano, a renda *per capita* aumentou significativamente e a proporção de pobres em Alagoas sofreu um forte declínio. A renda média domiciliar *per capita*, no estado alagoano saltou de R\$ 148,02 em 1985 para R\$ 197,25 em 1986, um aumento de 33,25%. Concomitantemente, o percentual de pobres foi reduzido para 53,08% em Alagoas.

Com a ineficácia do plano econômico acima citado, no que diz respeito ao combate à inflação em 1987, a renda *per capita* diminuiu fortemente e os ganhos em termos de redução da pobreza foram rapidamente revertidos, verificando-se uma elevação expressiva na proporção de pobres alagoanos.

Outras tentativas de estabilização dos preços foram implementadas a partir de 1987 até 1993, porém não foram seguidas de êxito no que tange à redução da inflação, levando apenas a renda *per capita* oscilar bastante em torno a um patamar de R\$140. O mesmo padrão aconteceu com a proporção de pobres. Em 1993, o percentual de pobres em Alagoas era de 72,06%.

### GRÁFICO 3

Evolução da renda média *per capita* versus proporção de pobres para Alagoas – 1981 a 2005



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.



Em 1994, com o Plano Real a inflação foi reduzida de maneira drástica e consistente. Em 1995, a renda *per capita* alagoana foi de R\$ 203,88, a maior do período inteiro. Paralelamente, a proporção de pobres foi reduzida de forma brusca e atingiu o percentual de 62,06% naquele mesmo ano. Segundo Barros (2001, p. 19-22), a principal causa da diminuição da pobreza foi o crescimento econômico que se seguiu à estabilização do Plano Real e não aos programas de combate à pobreza.

Entre 1997 e 2004, aconteceu uma grande e continuada queda da renda *per capita* alagoana. Desde o ano de 1996, a pobreza manteve-se praticamente constante até o ano 1999 quando novamente começou a aumentar, ainda que lentamente. Note-se que a diferença de anos anteriores, esta grande queda da renda *per capita* não se refletiu em grandes aumentos na pobreza.

A partir do ano de 2003, houve uma significativa redução na pobreza em Alagoas. A proporção de pobres passou de 67,55% nesse ano para 60,45% em 2005. Porém, o aumento da renda aconteceu apenas em 2005, quando passou de R\$ 150,20 para R\$ 159,48. Assim, a renda não parece ter influenciado diretamente na queda da pobreza. Uma possível explicação pode ser o aprofundamento dos programas de transferência de renda por parte do Governo Federal. Ações públicas “antipobreza” que se inserem nesse contexto são os seguintes programas de transferência de renda: programas Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC), fixado em um salário mínimo.

A Tabela 3 apresenta a renda *per capita* e a proporção de pobres para os estados do Nordeste nos anos 1981 e 2005. Adicionalmente é apresentada a alternância entre as variáveis entre esses anos. Para a Região Nordeste, entre 1981 e 2005, houve um crescimento da renda *per capita* de 23,52%, acompanhado de uma queda de 20,59% na proporção de pobres. Em quase todos os estados da região esse padrão se repete. Na Bahia, a renda *per capita* cresceu apenas 2,66%, a menor de todos os estados, contudo a pobreza se reduziu em 16,39%. Uma explicação possível é que a renda *per capita* na Bahia diminuiu bastante até o ano 1992, depois recuperou-se lentamente. No mesmo período, no caso de Alagoas houve um pequeno aumento de 8,63% na renda *per capita*, o segundo menor dentro da Região. Paralelamente ocorreu uma redução na proporção de pobres para Alagoas na ordem dos 5%, a menor dentro da Região. Diferentemente da Bahia, Alagoas mostra uma tendência de queda da renda *per capita* a partir de 1998.

No Gráfico 4 são apresentadas as variações da renda *per capita* e da proporção de pobreza em Alagoas durante o período 1981 a 2005. Pode observar-se que, em geral,

aumentos da renda *per capita* são acompanhados por quedas na pobreza. Embora, especialmente nos últimos anos, essa relação parece ter enfraquecido. Assim, não se pode afirmar que sempre as variações ocorridas na renda *per capita* resultem em variações significativas da pobreza. Faz-se necessário uma análise da distribuição de renda nessa região e de outros fatores. Por exemplo, segundo Kawani et al. (2006), o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza será maior quanto melhor distribuída esteja a renda em uma região.

### TABELA 3

Renda *per capita*, proporção de pobres e a variação percentual para os estados do Nordeste – 1981 e 2005

UF	1981		2005		Variação (%)	
	Renda <i>per capita</i>	Pobreza (P0)	Renda <i>per capita</i>	Pobreza (P0)	Renda <i>per capita</i>	(%) Pobreza
MA	99,21	0,77	145,31	0,60	46,47	-22,08
AL	146,81	0,65	159,48	0,60	8,63	-7,69
PI	83,62	0,83	182,86	0,57	118,68	-31,33
PE	204,74	0,63	243,02	0,55	18,70	-12,70
CE	171,22	0,73	220,14	0,52	28,57	-28,77
BA	220,63	0,61	226,50	0,51	2,66	-16,39
PB	119,31	0,73	217,34	0,51	82,16	-30,14
RN	141,86	0,66	242,96	0,48	71,27	-27,27
SE	140,73	0,66	223,39	0,47	58,74	-28,79
NE	177,13	0,68	218,79	0,54	23,52	-20,59
BR	284,57	0,41	330,23	0,31	16,05	-24,39

Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

## 4.2 POBREZA E DESIGUALDADE DA RENDA

Para analisar a desigualdade de renda utiliza-se o índice de Gini. Tal índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Assim, quanto mais perto da unidade estiver o Índice de Gini maior será a desigualdade da renda da unidade de análise.

No Gráfico 4, é exibida a evolução da Proporção de Pobres e do Índice de Gini em Alagoas no período 1981-2005. Observa-se uma tendência para uma maior

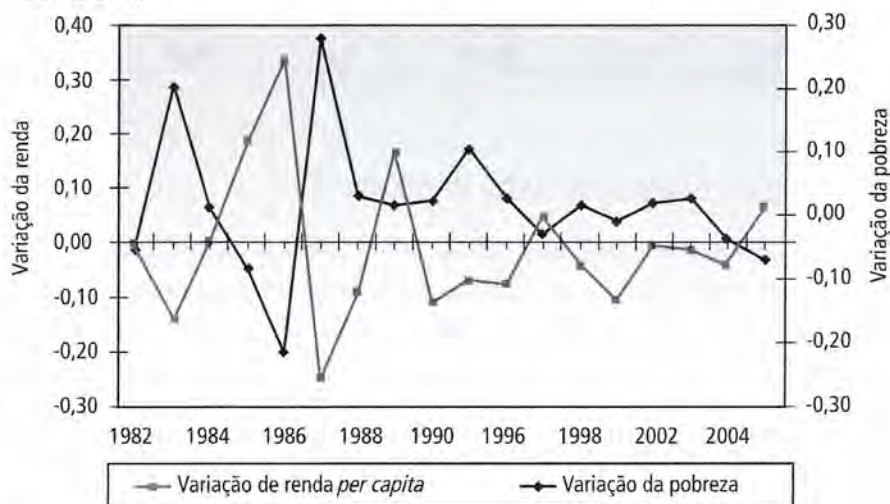
desigualdade da renda entre 1981 e 1996. A partir desta data, o Índice de Gini diminuiu, porém muito lentamente. Note-se que entre 1996 e 2003, essa redução foi de apenas 4,23%, enquanto que a proporção de pobres no mesmo período aumentou de 63,55% para 67,55%, um aumento de 6,29%. Ou seja, as melhoras na distribuição da renda não se traduziram em quedas da pobreza; ao contrário, a pobreza aumentou.

Entre 2003 e 2005, a pobreza reduziu-se de forma significativa, o percentual de pobres passou de 67,54% para 60,45%, uma redução de 10,50%. Paralelamente, a desigualdade da renda continuou diminuindo naquele período. O Coeficiente de Gini passou de 0,61 em 2002 para 0,57 em 2005, uma queda de 6,56%. A Figura 5 mostra que a queda na desigualdade só contribuiu para redução da pobreza a partir de 2003, quando o percentual de pobres começou a reduzir.

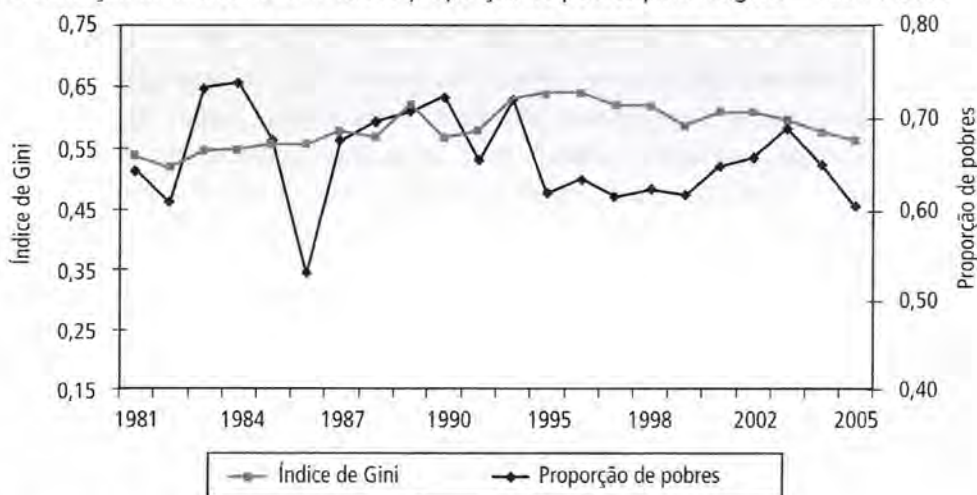
Essa redução da pobreza nesses últimos anos resultou tanto do aumento na renda dos mais pobres como de reduções no grau de desigualdade. Segundo Barros (2006, p. 24-30), as estimativas da desigualdade da renda mostram um declínio acentuado nos últimos anos e que essa queda foi resultado de fatores vinculados tanto ao mercado de trabalho como ao desenvolvimento de redes efetivas de proteção social.

#### GRÁFICO 4

Taxa de variação da renda *per capita* e taxa de variação da pobreza para Alagoas – 1981 a 2005



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

**GRÁFICO 5**A evolução do Índice de Gini *versus* proporção de pobres para Alagoas – 1981 a 2005

Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

**4.4 POBREZA E EMPREGO**

Um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados. Quanto maior a eficiência em alocar recursos humanos para atividades econômicas e quanto melhor a remuneração recebida por aqueles que estão engajados nessas atividades econômicas, menor será o nível de pobreza predominante. Segundo Barros (2006, p.421-474), quanto maior for a subutilização dos recursos humanos nas atividades econômicas tanto maior será o nível de pobreza. Já que a alocação e a remuneração dos recursos humanos disponíveis dependem, em grande parte, do funcionamento do mercado de trabalho, deduz-se que o nível de pobreza pode ser bastante afetado pelo funcionamento desse mercado.

O Gráfico 6 mostra a evolução do percentual de ocupados com Carteira assinada e a proporção de pessoas pobres para o estado de Alagoas, durante o período de 1981 a 2002. Utiliza-se esse percentual de ocupados com Carteira assinada para medir a taxa de emprego no estado. Verificou-se um aumento de 34,74% no percentual de pessoas ocupadas com Carteira assinada ao longo do período analisado, passando de 29,33% em 1981 para 39,53% em 2002.

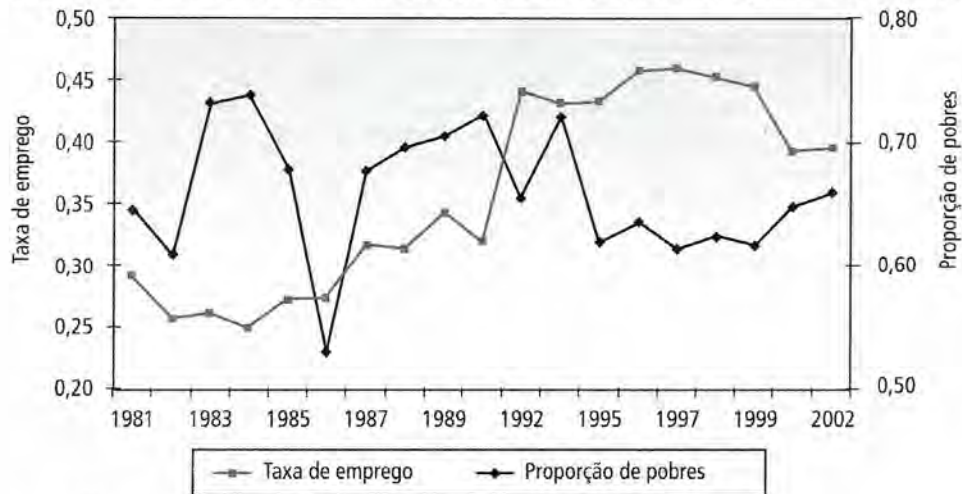
Note-se que entre 1984 e 1986 houve um aumento da taxa de emprego acompanhado por reduções na pobreza. Entre 1987 e 1993, a taxa de emprego aumentou,

porém a pobreza também aumentou. Entre 1994 e 1999, a taxa de emprego cresceu mais ainda e a pobreza reduziu. No ano 2000, ocorreu uma forte queda no nível de emprego acompanhada por um significativo do percentual de pobres.

Assim, pode-se constatar que, no geral, em pontos a taxa de emprego aumentou, aconteceu uma redução no percentual de pobres. Isso confirma o efeito representado pelo coeficiente de correlação calculado entre essas duas variáveis com um valor de  $-0,25$ , ou seja, ratifica que quanto maior a taxa de emprego menor o percentual de pessoas pobres.

### GRÁFICO 6

Evolução da taxa de emprego *versus* proporção de pobres para Alagoas – 1981 a 2002



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

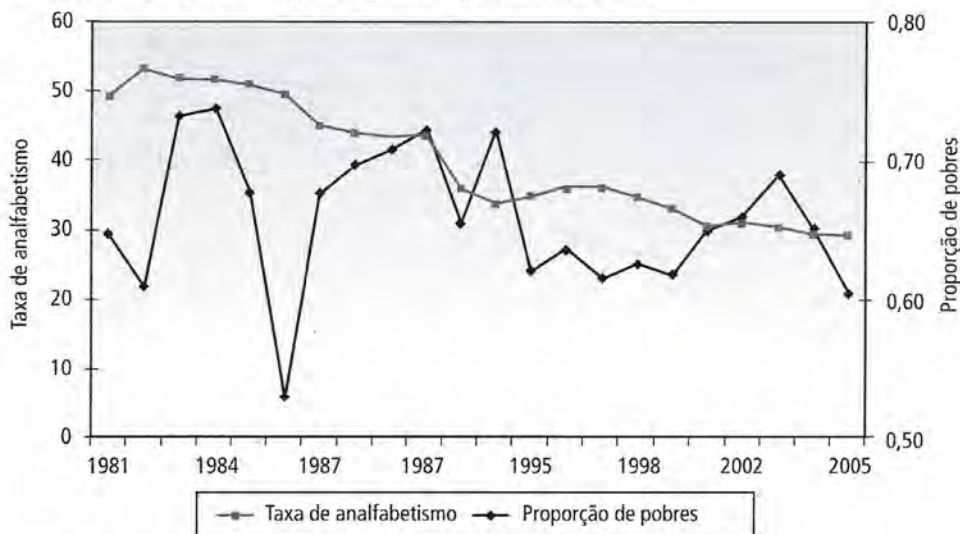
### 4.3 POBREZA E EDUCAÇÃO

Foi mencionado anteriormente que existe uma relação positiva entre a riqueza e acumulação de capital humano em uma região. Maior capital humano, na forma de educação e de saúde, leva a uma crescente produtividade da economia e, portanto a um nível elevado de riqueza. A seguir, analisa-se a relação entre a pobreza e a educação, esta representando o capital humano. São utilizados como medidas da educação a taxa de analfabetismo e o número médio de anos de estudo. No caso da taxa de analfabetismo, ela é definida como o percentual de pessoas de 15 anos de idade, ou mais, que não sabem ler nem escrever um simples bilhete.

No Gráfico 7, é apresentada a evolução da proporção de pobres e da taxa de analfabetismo em Alagoas, durante o período 1981 e 2005. Ao longo do período, a taxa de analfabetismo mostra uma clara tendência de queda, apresentando uma redução de 40,37%, passando de 49,09% em 1981 para 29,27% em 2005.

### GRÁFICO 7

A evolução da taxa de analfabetismo total para população de 15 anos e mais *versus* proporção de pobres para Alagoas – 1981 a 2002



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

Observa-se que no período de implantação dos Planos Cruzado e Real a redução na taxa de analfabetismo tornou-se mais acentuada. Em 1986 a taxa de analfabetismo era de 49,45%, reduziu até 1993, quando atingiu uma taxa de 33,80%. A partir daquele ano começou a aumentar e, somente em 1998, essa taxa voltou a reduzir, nesse ano alcançou um percentual de 34,67% analfabetos.

O coeficiente de correlação calculado entre taxa de analfabetismo e proporção de pobres é de 0,21, conforme a Tabela 2. Ou seja, quanto menor a taxa de analfabetismo, menor o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza. Essa relação não se cumpre apenas em alguns períodos. Por exemplo, entre 1996 e 2003, há uma redução da taxa de analfabetismo, no entanto, a proporção de pobres aumentou bastante.

Como pode ser observado no Gráfico 8, o número médio de anos de estudo para a população com 25 anos, ou mais, indica uma forte tendência ascendente no período de 1981 a 2005, em Alagoas. A média de anos de estudo aumentou de 2,1, em 1981, para

4,2, em 2005, um aumento de 100%. Confirmou-se uma relação negativa entre a média de anos de estudo e a proporção de pobres, por meio do coeficiente de correlação que foi de  $-0,29$ , apresentado na Tabela 2. Com isso, podemos ratificar que quanto mais anos de estudo, menor o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza.

### GRÁFICO 8

A evolução da taxa do número médio de anos de estudo para população com 25 anos e mais *versus* proporção de pobres para Alagoas – 1981 a 2005



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração própria.

O indicador de educação fornece evidências da correlação entre baixo nível educacional e pobreza. Embora o número de anos de estudo esteja tendendo a um nível crescente, ainda não é um patamar aceitável. Porém, cabe salientar que, mesmo que a pobreza esteja associada a muitas causas, as evidências empíricas de que se dispõe permitem correlacionar, de forma inequívoca, pobreza e baixo nível de escolaridade. É importante observar que baixo nível de escolaridade não significa necessariamente condenação à pobreza, conforme Rocha 2003 (p. 184).

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou desenvolver uma descrição da evolução da pobreza e de suas relações com algumas variáveis socioeconômicas em Alagoas de 1981 a 2005. Ao ser examinada a pobreza em nível estadual e em termos de evolução, destaca-se que tanto na proporção de pobres como na de indigentes, ao longo do período analisado foi

possível observar fases de aumento, estagnação e queda da pobreza. Entretanto, nos últimos dois anos, de 2003 a 2005, observou-se uma redução nos níveis de pobreza e indigência; possivelmente associada a uma redução na concentração de renda, devido ao aumento de rendimentos vinculados a transferências estatais e programas federais de assistência; uma elevação na renda *per capita*, resultante de melhoras nas condições da economia do País que impulsionaram crescimento no mercado de trabalho.

Durante o período analisado, 1981 a 2005, constatou-se ascensão em alguns indicadores sociais como: uma redução na taxa de analfabetismo para as pessoas com 15 anos ou mais da ordem de 40,37%; uma elevação na média de anos de estudo de 100% para pessoas com 25 anos ou mais e um aumento de 34,74% entre 1981 a 2002 na taxa de emprego. Verificou-se um crescimento durante o período analisado, porém isso não significa que o sistema educacional e o mercado de trabalho alagoano estejam gerando resultados satisfatórios para o bem-estar da população, uma vez que ainda estão distantes de um patamar mais adequado. Com o passar dos anos, foram observados um aumento da renda e uma redução da pobreza absoluta e essa última se mantém em níveis elevados em função da persistência da enorme desigualdade da renda, pois a pobreza é um fenômeno associado a muitas causas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha acima citada.

Nesse sentido, as políticas cujo objetivo é reduzir a pobreza e aumentar o bem estar, adotadas pelo governo do estado de Alagoas, precisam ser revistas e direcionadas a longo prazo, pois isso requer o crescimento da renda per capita e uma distribuição mais igualitária da renda, isto é, uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade social por meio de investimentos em setores da economia que a população pobre tenha acesso. A forma mais desejável para que os indivíduos obtenham a renda necessária para evitar a pobreza é a inserção no mercado de trabalho.

Tendo Brasil como referencial, entre 2001 e 2005, verificou-se que a população submetida à condição de indigência e pobreza diminuiu de forma relevante. Vários estudos mostraram que além da melhoria das condições da economia brasileira, o aumento do salário mínimo real e o aumento da massa de rendimentos vinculados a transferências estatais (especialmente, benefícios da previdência e da assistência social) e federais (associadas ao Programa Bolsa-Família) podem ter tido um importante papel na redução da pobreza. A análise dessas variáveis sobre a pobreza em Alagoas fica aberta a uma pesquisa adicional.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Kakwani (2006).



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JONES, Charles. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAKWANI, Nanak; NERI, Marcelo; SON, Hyun. Pro-poor growth and social programmes in Brazil. *Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2006.

MARINHO, Emerson; SOARES, Francisco. Impacto do crescimento econômico e da concentração da renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. *Anais do ANPEC Nordeste*, 2003.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para Discussão, n. 800, IPEA, 2001.

RAY, Debraj. *Development economics*. Princeton University Press, 1998.

ROCHA, Sonia. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, Marcos; MENEZES-FILHO, Naércio (Orgs.). *Microeconomia e sociedade no Brasil*, FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 1, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)*. Banco do Nordeste, 2003b.

ROCHA, Sonia. *A pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003c.

VELOSO, João; ALBUQUERQUE, Roberto (Orgs.). *A nova geografia da fome e da pobreza*, Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES MENDONÇA, Rosane. *Consequências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira*. Texto para Discussão, n. 1.201, IPEA, 2006.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 421-474, 1996.